

# **Integração sul-americana da educação e das políticas científico-tecnológicas: as relações imperialismo e subimperialismo em questão.**

**Zuleide S. Silveira<sup>1</sup>**

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo apontar, concisamente, as modificações ocorridas no campo educacional, bem como na institucionalização da CT&I, tendo como mediações principais o Mercosul, o Estado, e secundárias o Setor Educacional e a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do referido bloco. Evidencia que, a lógica tendencial e expansionista do capital requer estabilidade político-institucional, previsibilidade e regulação dos mecanismos de internacionalização da economia/tecnologia, conseguidas por meio da gestão supranacional, implicando na formulação e métodos da ação governamental, em nível nacional. Revela a luta travada pelo capital para vencer suas barreiras, instalando contradições entre: integração produtiva regional (capital), trabalho, educação e CT&I; abertura de mercados e fechamento da economia intrabloco regional; produção do conhecimento e formação para o trabalho; decisões autoritárias e estratégias de obtenção consenso; todas operam por meio de acordos comerciais, de trocas de serviços e de cooperação científico-tecnológica. Busca evidenciar os processos de integração e regionalização das políticas educacionais e de CT&I como manifestação da integração produtiva e da infraestrutura regional sul americana. As considerações finais enfatizam o estudo sobre os propósitos e concretizações do Mercosul, particularmente do SEM e da RECyT, como possível contribuições nas disputas de forças políticas em torno dos rumos da região latino-americana.

**Palavras-chave:** Integração regional; Mercosul; políticas educacionais e de CT&I

## **Introdução**

Logo após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se o processo de institucionalização da política científica e tecnológica, cujas bases conceituais, estrutura organizacional, instrumentos de financiamento e formas de avaliação são, até os dias que correm, comuns aos países que desenharam e implementaram políticas explícitas para estimular a produção e utilização de conhecimento científico e tecnológico voltado para o desenvolvimento econômico (Velho, 2006).

Tal contexto caracteriza-se pela conversão da pesquisa e, por conseguinte, da produção do conhecimento, em atividade sistemática com a finalidade de responder ao processo de internacionalização da economia/tecnologia. Dos Santos (1994) observa que, esta mudança na atividade de conhecimento e sua associação ao mercado mundial deu origem a novos setores de produção e serviços, como a energia nuclear, a

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense/Campo Trabalho e Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação Universidade Federal Fluminense (FEUFF); Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade (PPGE/UFF)

petroquímica, a informática, a indústria espacial, ramos do conhecimento que, até então, não se voltavam imediatamente à produção de acumulação capitalista. Criou-se, em consequência, uma vasta população de cientistas, tecnólogos e funcionários auxiliares que se associaram a um vasto grupo de instituições dedicadas à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e à formação de pessoal qualificado para este fim.

Com efeito, o capital em concorrência executa sua tendência imanente à inovação (Cipolla, 2006) e, neste sentido, foram criadas instituições e centros de pesquisa aplicada, laboratórios de P&D e, com eles, os ministérios e as secretarias de Estado, que passaram a envolver lenta e gradualmente a escola/universidade e instituições da, hoje denominada, rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, num movimento que já traz em seu bojo a relação Estado, universidade e empresa privada (Silveira, 2011).

No Brasil, esta relação tem sua gênese, em 1964, no Fundo Tecnológico (FUNTEC) e culmina na criação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação (SNCTI)<sup>2</sup>, nos anos de 1990. Tal SNCTI se sustenta na Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECyT)<sup>3</sup>, nas conferências nacionais de ciência, tecnologia e inovação<sup>4</sup> e no arcabouço legislativo que delas decorre a exemplo do recém aprovado Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação – Lei nº 13.243/2016 -, que veio aprofundar o processo de privatização da universidade e do patrimônio científico-tecnológico da coletividade já iniciado pela Lei de Inovação - 10.973/2004.

Se, no passado, o progresso técnico centrava-se na indústria, nos dias que correm, a inovação penetra todos os setores da produção, incluídos os serviços, a

---

<sup>2</sup> Para maior compreensão do complexo SNCTI, veja o mapa elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE/MCTI) em parceria com a empresa canadense Global Advantage Consulting, no ano de 2010, quando da realização da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação entre os dias 26 e 28 de maio, disponível em [http://www.cgee.org.br/quadro/quadro\\_atores.php](http://www.cgee.org.br/quadro/quadro_atores.php)

<sup>3</sup> A RECyT reúne-se periodicamente, desde 1993, contando com a presença de ministros ou de secretários de estado de CT&I e respectivas delegações dos Estados Partes e Associados do Mercosul. Entretanto, a reunião de ministros de CT&I, como um setor vinculado diretamente ao Conselho do Mercado Comum (CMC) e hierarquicamente superior ao da RECyT, foi organizado no ano de 2006, aos moldes da Reunião de Ministros de Educação (RME) que é órgão máximo do SEM. Foi na Primeira Reunião de Ministros e Altas autoridades de CT&I do Mercosul e países associados, realizada em 2006, que se firmou a Declaração de Buenos Aires com o fito de elaborar o Marco de Ciência e Tecnologia do Mercosul. O que, sem dúvida, foi determinante no trâmite do PLC nº 77/2015, no Brasil, de autoria do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), relatoria dos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que culminou na Lei 13243/2016 – Marco legal de CT&I.

<sup>4</sup> No Brasil, foram realizadas quatro conferências nacionais de CT&I. A primeira, em 1985, no governo José Sarney; a segunda, em 2001, no governo FHC; e a terceira e a quarta, em 2005 e 2010, respectivamente, nos mandatos Lula da Silva.

agricultura e os recursos naturais, tornando-se capaz de gerar e sustentar ciclos prolongados de crescimento da economia. Dentro desse ideário schumpeteriano, a inovação possui dupla dimensão: de um lado, no plano micro, torna-se essencial para reduzir custos e aumentar a produtividade, não apenas da empresa, mas também da cadeia de valor; de outro, em nível macro, permite ganhar produtividade sustentável, sendo central para taxas de crescimento mais elevadas (Silveira, 2011, p. 69)

Via de regra, entende-se que a inovação dita as condições e a velocidade da produção do conhecimento uma vez que, supostamente, não é o trabalho que produz a riqueza da sociedade, mas sim o conhecimento. Nesta perspectiva ideológica da sociedade do conhecimento, quanto maior a produção de CT&I, maiores seriam as possibilidades de transformações econômicas e sociais na direção de uma sociedade coesa, igualitária e democrática. Daí, nas últimas décadas, o conhecimento científico exercer liderança no processo de inovação com a institucionalização da pesquisa pública e privada, materializada nas universidades, institutos de pesquisa, departamentos de P&D e, mais recentemente, nas escolas de ensino médio<sup>5</sup>.

Assim, aponta Silveira (2011; 2015a) com o desenvolvimento histórico da concepção de educação tecnológica, desde a década de 1960, a política educacional (em todos os níveis e modalidades de ensino) veio sendo subsumida à política de C,T&I, em um movimento tal que, a educação escolar passa, segundo Neves e Pronko (2008,p. 28), a ser organizada em dois ramos de ensino na formação para o trabalho complexo: o ramo científico, que propicia a formação de base científico-filosófico-humanista, e o ramo tecnológico, de sólida formação científico-tecnológica dos modernos processos industriais e de serviços. Entretanto, não se pode perder de vista que, na medida em que o capital se desenvolve, seu caráter cooperativo de produção e reprodução não dispensa formas pretéritas de trabalho. Ele exige o dinamismo de todas as partes do "trabalhador coletivo", cujas funções, socialmente combinadas, são realizadas por meio do trabalho complexo e do trabalho simples. Enquanto este se caracteriza mais pelo dispêndio da força de trabalho que "todo homem comum, sem educação, possui em seu organismo", aquele "emprega-se em trabalho superior, requerendo, pois, maior tempo de formação e com altos custos, e materializa-se em valor proporcionalmente mais elevado (Marx, 2004, p. 211-231).

---

<sup>5</sup> Sobre a iniciação científica no nível médio de ensino, ver Silveira (2015c).

Estamos falando, portanto, da capacidade de trabalho socialmente combinada, segundo a divisão internacional do trabalho que se generaliza a partir da articulação associada entre forças produtivas e expansão do capital., em escalas nacional, regional e internacional. Tal divisão do trabalho diz respeito aos processos de internacionalização e regionalização da economia/tecnologia que opera nas contradições entre imperialismo e dependência, até mesmo em condições extremamente severas de crise estrutural (Mészáros, 2006, p. 796-7).

O imperialismo de fins do século e XX e início do XXI, além das características já apontadas por Lênin (2008), Luxemburgo (2008), Fernandes (1993), Ianni (1988) e Marini (1993, 1997, 2000, 2012), acentua estratégias geopolíticas, econômicas diplomáticas e militares usadas por um Estado ou por bloco de Estados; tende a estabelecer um fluxo do poder, mediante reuniões e conferências cotidianas com vistas a fortalecer as três dimensões fundamentais do capital — produção, consumo e circulação/distribuição/realização —, do que a criação do Mercosul, por meio do Tratado de Assunção de 1991, faz parte. Ao entender que o desenvolvimento do bloco político-econômico regional do Mercosul não ocorre, senão por mediação do subimperialismo do Estado brasileiro, concorda-se com Marini (2012, p. 41) que reitera a importância do estudo deste fenômeno para o movimento revolucionário na região latino-americana.

Com efeito, apesar dos 25 anos de existência do Mercosul, a ação coordenativa de ministros de educação e de ciência, tecnologia e inovação, em torno da contrarreforma da educação, por mediações do Setor Educacional do Mercosul (SEM), da RECyT e do Estado (stricto sensu), é um fenômeno silencioso e pouco estudado no Brasil.

Desde a sua criação, mudanças significativas se deram e vem se dando no campo educacional brasileiro e na institucionalização da política CT&I, pois que tal bloco de Estados tem na educação peça-chave para o crescimento econômico e modernização seja em nível regional seja em nível nacional.

### **O Estado burguês supranacional: relação entre grande política e a pequena política**

A dinâmica capitalista requer estabilidade e previsibilidade institucional, econômica e societária, o que tem implicações na formulação e métodos da ação

governamental no âmbito do sistema político-administrativo nacional (Dreifuss, 1997, 2004; Mészáros, 2003; Gramsci, 1976; 2007), conseguidas, até certo ponto, por mediação do "grande Estado burguês supranacional" (Gramsci, 1976, p. 189).

Organismos supranacionais, como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo monetário internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e, mais recentemente o Mercosul e a União Europeia (EU), concentram o poder privado reunindo ministros e secretários de Estado, empresários, engenheiros, executivos, analistas e cientistas. Intelectuais que atuam em espaços decisórios que relativizam a soberania do Estado-Nação no que diz respeito às trocas internacionais, às barreiras alfandegárias, à livre concorrência, à concentração de capital, bem como à regionalização e integração da educação.

É claro que, as decisões tomadas em nível supranacional enfrentam às relações de poder e de classe internas à cada país e, por conseguinte, às organizações de classe, aos partidos políticos e sindicatos, que acabam por determinar as modalidades de ajuste, seja por meio de “reformas”, seja através de “contrarreformas” (Gramsci, 2002)<sup>6</sup> a serem implantadas e implementadas no e pelo Estado em nível nacional<sup>7</sup>.

O Mercosul e a EU, ao representa formas institucionais avançadas na organização do poder privado, assumem progressivamente papel, cada vez mais, ativo na área das políticas sociais, particularmente no domínio da educação (Antunes, 2005). Temas como educação para o desenvolvimento econômico; produção e transferência de ciência e tecnologia; cultura, diversidade cultural e integração regional, entre outros, passam a ser tratados à revelia do público, assumindo o caráter de *gestão supranacional*

---

<sup>6</sup> Para Gramsci (2002), o fenômeno da contrarreforma pode se manifestar em outras temporalidades que não a da Reforma Protestante, tendo como traço marcante a “combinação entre o velho e o novo”, com preponderância do velho sobre o novo. Diferentemente da “revolução passiva” – uma manifestação do reformismo “pelo alto” que, por meio da alternância ou da conciliação entre diferentes frações da classe burguesa, favorece a “renovação”, ainda que de modo subordinado, atendendo algumas reivindicações da classe trabalhadora –, o processo de contrarreforma sendo, também, um movimento conservador, embora apresentado como “reforma”, tem caráter regressivo, alijando do processo toda e qualquer possibilidade de avanço nas conquistas da classe trabalhadora.

<sup>7</sup> O texto de Pereira (2012) é elucidativo para o entendimento desta relação entre grande política e pequena política, a que me refiro, pois que desvela a criação do Banco Mundial na Conferência de Bretton Woods, de 1944, em um espaço, portanto, de supranacionalidade, cuja aprovação pelo Congresso do Estado norte-americano requereu enorme campanha do Presidente Franklin Roosevelt junto aos parlamentares, aos empresários, em nível nacional, de modo que o BM somente iniciou suas operações em junho de 1946.

no plano da *grande política*, com implicações na formulação de políticas e na ação governamental no âmbito da *pequena política*, em nível nacional<sup>8</sup>.

Contudo, o *estado burguês supranacional* só se sustenta pelos Estados-Nações que reúnam condições de inserir-se e enfrentar a concorrência no mercado mundial, particularmente nesta fase de crise estrutural do capital, iniciada nos anos 1970, na qual sua administração vem mediada pelas políticas neoliberais. Isto quer dizer que, a criação de organismos supranacionais, citados anteriormente, não engendram o enfraquecimento do Estado ou o torna *mínimo*. Ao contrário.

A tarefa política do Estado encontra-se, hoje mais do que nunca, na criação de medidas necessárias à reprodução social. O que implica transformá-lo em gerenciador do fundo público, isto é, agente de financiamento simultâneo da acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho: financiando a acumulação do capital com gastos públicos na produção através de subsídios para agricultura, indústria, comércio, ciência e tecnologia, e financiando a reprodução da força de trabalho por meio de gastos sociais como educação, medicina socializada, previdência social, seguro-desemprego, vale-transporte, vale-alimentação, habitação, salário-família, etc. (Oliveira, 1988, p. 21-22; 2003, p. 39-40).

Longe de comprovar a falência do Estado, a criação de organismos que atuam em escala global, bem como a de blocos político-econômicos regionais atesta o papel decisivo do poder político de Estado no processo de integração econômica, cujas estruturas econômicas e políticas intrabloco e entre blocos são determinadas e determinantes pelas/das relações imperialismo e dependência.

A especificidade de inserção do capitalismo brasileiro no mercado mundial, em sua nova fase, é elucidativa. Ela revela não apenas o papel subimperialista do Estado

---

<sup>8</sup> Em Gramsci, os conceitos de pequena política e grande/alta política guardam coerência com duas outras noções: estrutura e conjuntura. Para Gramsci, "no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico. Eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos [estruturais] dão lugar à crítica histórico-social, que envolve grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente" (Gramsci, 2007, p. 36-37; 1981, p. 343-344). Daí a pequena política ser entendida não como algo menor, mas aquela que trata de questões parciais, conjunturais e cotidianas das disputas entre frações políticas na arena do Estado. E, a grande política, denominada também de alta política, dizer respeito à fundação ou à reorganização do Estado supranacional em torno da luta, seja pela destruição, seja pela defesa ou pela conservação da estrutura econômico-social organizada em nível internacional (Gramsci, 2007, p. 21-22).

brasileiro nas relações internacionais, mas também seu movimento de “cooperação antagônica” (Marini, 1997; 2000; 2012).

De um lado, o empresariado brasileiro demonstra sua consciente dependência e subordinação à integração imperialista, mantendo a dependência do padrão tecnológico controlado pelo capital central nos processos de desnacionalização e desindustrialização, enquanto valoriza o modelo agroexportador. De outro, mostra sua face autônoma, adotando, de modo agressivo, uma política de exportação de capitais particularmente para países da América Latina e África; se alinha a países emergentes, como Rússia, Índia e China, formando o bloco dos BRICs; também busca participar, lado a lado com países de capitalismo central, em conferências promovidas pelos organismos supranacionais, como a ONU, a OMC e a OCDE, além de modificar sua condição de devedor tornou-se credor do FMI<sup>9</sup>.

Os problemas que se levantam acima colocam a questão da relação trabalho e educação como parte da "necessidade sistêmica de o capital subjugar globalmente o trabalho [e a educação] por meio de toda e qualquer agência social" (Mészáros, 2003, p. 13), de modo a resolver as contradições inerentes a sua essência: capital, trabalho e educação; produção, controle e consumo; produção e distribuição; competição e monopólio; competição, integração, regionalização e internacionalização.

Neste sentido, o processo de regionalização econômica por mediação do Mercosul, que abre caminho para a integração de setores como o educacional e o de CT&I, não pode ser negligenciado. E, tampouco, o processo de institucionalização birregional da educação superior (UE e Mercosul). Ambos os blocos visam a educação como fator de integração e peça-chave para a consolidação e projeção de seus Estados Membros e respectivo bloco no mercado mundial, afirmando seu papel precípua na produção e transmissão do conhecimento científico-tecnológico orientado para o desenvolvimento econômico e a modernização.

### **Mercosul: associação estratégica ou relações imperialistas?**

Do ponto de vista dos países dependentes, as relações imperialistas implicam mudanças no interior dos Estados-Nações, o que tende para a reforma institucional, com

---

<sup>9</sup> Sobre o movimento de inserção associada e subalterna da burguesia brasileira no mercado mundial, ver Fontes (2010).

objetivo de promover: o ajuste fiscal; o alinhamento político-militar junto aos países dominantes; a alienação cultural, devido ao controle e manipulação efetivados pelos organismos supranacionais, meios de comunicação de massa e informáticos; a tradução e produção de livros e revistas; a apropriação de modelos de diversão e entretenimento; a criação ou reformulação de instituições de nível governamental, tornadas mediadoras para a efetivação dos compromissos comerciais, financeiros, cambiais, militares, tecnológicos, acadêmico-científicos e quaisquer outros assumidos na relação dessa heteronomia (Fernandes, 1973; Ianni, 1988).

Esse fenômeno tem se manifestado na América do Sul no âmbito do Mercosul, representando, grosso modo, a estratégia dos Estados Partes e países associados para promover a liberação progressiva das exportações de bens industriais e agrícolas dos países integrantes, a abertura de mercado de serviços, de modo a submetê-los à concorrência externa e atrair IED particularmente da UE, ao mesmo tempo em que constitui uma resposta às sucessivas negociações multilaterais em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) tal como propunham os EUA: incluir na OMC o debate sobre os *novos temas* e o *Trip Plus*. De outro, estreitar a cooperação com a UE que tem na integração extrarregional a perspectiva de formar uma divisão do trabalho birregional, de modo a favorecer novos fluxos de investimento, de circulação de produtos, serviços, pessoal qualificado e conhecimento, aumentando assim o fator de competitividade frente aos EUA e ao Japão.

Expressão dessa aproximação, no plano mais abrangente, são os sucessivos acordos de *associação estratégica*, firmados entre chefes de Estado e de Governo na Cúpula União Europeia e América Latina e Caribe (UE-ALC), a exemplo da Declaração de Rio de Janeiro, Brasil (1999); Declaração de Madrid, Espanha (2002); Declaração de Guadalajara, México (2004); Declaração de Viena, Áustria (2006); Declaração de Lima, Peru (2008); Declaração de Madrid, Espanha (2010); Declaração de Santiago, Chile (2013)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Com a formalização da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), como contraponto à Organização dos Estados Americanos (OEA) capitaneada pela hegemonia estadunidense, novos contornos geopolíticos vêm sendo construídos. A Celac tem como diretrizes principais, ampliar o diálogo político e realizar projetos de cooperação entre os 33 países da ALC, com o fito de definir a identidade regional calcada nas concepções latino-americanas e caribenhas comuns sobre integração e desenvolvimento. Contudo e a despeito da presença de chefes de governos marcadamente anti-imperialistas (Cuba, Equador, Bolívia, Uruguai, Venezuela), desde 2013 que a Celac vem aliando-se com a União Europeia no processo de parceria birregional.



A plataforma de relações comerciais, investimentos e serviços das referidas Declarações vem acolhendo as propostas do setor empresarial, cujos líderes se reúnem em torno do Fórum Empresarial UE-ALC. Organizado nas trincheiras da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo (UE-ALC), o fórum empresarial trata de temas como *Aproximar os dois mundos através dos Negócios e da Cultura* (2006); *Inversão para o Bem-estar, o Desenvolvimento Sustentável e a Inclusão* (2008); *Investimentos para o crescimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental* (2013)<sup>11</sup>.

Ao examinar documentos do Fórum Empresarial UE-ALC fica clara a necessária sinergia, por parte do capital entre políticas de CT&I e de educação, pois que reconhece a importância do investimento em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), considerando prioritária, para tanto, a criação de um *Espaço Comum do Ensino Superior UE-ALC* orientado para a mobilidade e a cooperação birregional, por mediação de programas de intercâmbios do conhecimento (estudantil e pesquisadores) e de trabalhadores qualificados.

Mais do que facilitar o intercâmbio do conhecimento e de mobilidade trabalhadores qualificados, busca-se promover um movimento sincrônico de sistemas de educação superior, entre blocos e intrabloco, com o fito de fortalecer um sistema de transferência e validação de créditos interinstitucional e internacional. Prevê-se instituir as condições necessárias para solidificar a interface entre pesquisa e inovação, facilitando a transferência e adaptação de tecnologia às empresas (UE-ALC, 2010).

Esta relação entre UE-ALC não se descarta do papel crucial do Mercosul na sua relação com a UE. O projeto político estratégico do Mercosul vem se consolidando em torno da União Aduaneira, da integração das cadeias produtivas e dos serviços<sup>12</sup>. Busca-se estreitar laços, já manifestos no Acordo Quadro de 1995, em matéria de normas agro-alimentares e industriais, cooperação aduaneira, cooperação de propriedade intelectual, cooperação empresarial, entre outras, com a finalidade de aumentar os fluxos de trocas comerciais, os investimentos, os projetos de cooperação industrial e a transferência de

---

<sup>11</sup> Do Fórum Empresarial UE-ALC participam, entre outros representantes do empresariado, o presidente de *Business Europe*, o presidente da Confederação Espanhola de Organizações Empresarial, o Presidente da Confederação de Empresários Latino-Americanos, o presidente executivo da Organização Internacional de Empregadores. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) possui relação estreita com o Fórum sem, no entanto, dele participar diretamente devido ao seu interesse de aproximar-se também dos EUA, Canadá, México e Japão. Sua presença é marcante no(s) Encontro(s) Empresarial(is) UE-Brasil promovidos em âmbito nacional.

<sup>12</sup> Para maiores detalhes, ver Novoa (2009).

tecnologias; apoiar a modernização e diversificação industrial; favorecer a inovação industrial, por mediação de conferências, seminários técnicos, missões exploratórias, participação em feiras gerais e setoriais e em encontros empresariais; além do incentivo à iniciativa privada por meio do investimento colaborativo em C,T&I (Mercosul-UE, 1995). Os Programas-Quadros de investigação, seja em parceria com a UE, seja na estrutura institucional do Mercosul, assentam-se em projetos de pesquisa competitivos, segundo os sucessivos programas-quadro de investigação (PQ5 – 1998-2002; PQ6 – 2002-2006; PQ7- 2007-2013), tendo o Brasil e a Argentina participação significativa nesse processo, apresentando mais de cem projetos no período. (Mercosul-EU, 2007, p.24).

Vale chamar a atenção para o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Biotecnologia (BIOTECH), uma iniciativa de cooperação entre UE e Mercosul que, desde 2005, envolve temas voltados para o setor agropecuário, evidenciando, assim, a condição associada e subalterna do bloco sul-americano ao europeu. Eis que, a pauta de exportações do Mercosul para a UE se mantém predominantemente em produtos do setor primário.

O individualismo, o funcionalismo, o utilitarismo metodológicos, bem como a ética do “bem-estar”<sup>13</sup> que se manifestam nas orientações e ações dos organismos supranacionais e no arcabouço político-jurídico-ideológico do Estado, isto é, o conjunto de relações sociopolítico-econômico-institucionais pode ser encarado como uma das características da contraditória riqueza capitalista, que se revela ao analisarmos seu conteúdo e forma social histórica de instrumentalização da educação.

### **Integração e regionalização das políticas educacionais e de CT&I**

A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), como um megaprojeto de reordenamento político e econômico, pode ser tomada como base empírica para a análise concreta da relação estabelecida entre integração produtiva regional (capital), trabalho, educação e CT&I. A IISA evidencia que não basta a redução das barreiras comerciais intrabloco ou até mesmo entre regiões (UE-Mercosul), mas, segundo a lógica expansionista do capital, torna-se necessária a infraestrutura que permita a livre circulação de recursos naturais, de capitais, produtos manufaturados,

---

<sup>13</sup> Para maiores detalhes, ver Medeiros (2013).

pacotes tecnológicos e trabalhadores. Este circuito capitalista requer permanente revolução nos meios de transporte (construção de rodovias, hidrovias, portos, aeroportos), de comunicação e informação (bases de telefonia, estações de recepção e transmissão, satélites, redes de cabos e de fibra ótica), energético (construção de oleodutos, gasodutos, hidrelétricas) e de expansão do setor de serviços cuja origem, aponta Chesnais (1996), encontra-se na sua interpenetração com os setores primário e secundário da economia<sup>14</sup>.

Essas medidas liberalizantes e de reestruturação produtiva são determinadas e determinantes dos projetos que vêm sendo executados, pelo bloco do Mercosul, em áreas denominadas prioritárias. Na tabela *Proyectos em ejecucion*<sup>15</sup> pode-se verificar que dos onze projetos, oito requerem a ação coordenada e articulada dos ministérios de educação e de CT& dos Estados Partes e países associados, na perspectiva de *agregar valor à produção regional* (Mercosul, 2008-12, 2008, p. 6-7).

Com efeito, do ato de criação do SEM, em 1991, no qual se firmou o *Protocolo de Intenções*<sup>16</sup>, passando pelos *Planos de Ação* executados ao longo as últimas duas décadas (1992/1994–1998; 1998-2000; 2001-2005; 2006-2010; 2011-2015), ao Termo de Cooperação Técnica Mercosul-UE para o período 2007-2013/Programa de Bases para o Mercado Comum<sup>17</sup>, vêm sendo criados mecanismos facilitadores do reconhecimento e da padronização/equiparação de estudos, da livre circulação de estudantes, do intercâmbio de docentes universitários e da formação de pessoal qualificado, graduados e pós-graduados, com a finalidade de criar o *Espaço Comum Regional de Educação Superior* (Mercosul/SEM, 2000)<sup>18</sup>.

Entrementes, a RECyT, tendo como objetivos principais formular diretrizes para as políticas de CT&I do Mercosul, envolvendo intelectuais, individuais e coletivos, para participar de projetos de cooperação científica, não se descuroou do apoio financeiro do BM e assistência técnica e metodológica da Unesco.

---

<sup>14</sup> Para maiores detalhes sobre a IIRSA, ver Novoa (2009).

<sup>15</sup> Disponível em <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/6810/4/innova.front/proyectos-en-ejecucion>

<sup>16</sup> Assinado em 13/12/1991, em Brasília, pelos Ministros da Educação da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. A parte brasileira esteve representada por Antonio Teixeira de Souza Júnior, Ministro Interino da Educação no governo Collor de Mello.

<sup>17</sup> O referido termo insere-se no Documento de Estratégia Regional (2007-2013) (op.cit.).

<sup>18</sup> Nos Planos subsequentes a referência ao espaço comum de educação superior é substituída por *Espaço Educacional Comum*, evidenciando a coordenação de políticas que articulam todos os níveis da educação com o processo de integração econômica do MERCOSUL. Cf. Mercosul/SEM (2011).

O Prêmio Mercosul para Ciência e Tecnologia, instituído no ano de 1998, expressa o movimento contraditório entre tomadas de decisões autoritárias, em nível supranacional, à revelia do debate público, e estratégia de obtenção do consenso, em nível nacional, na medida em que seleciona e premia os melhores trabalhos de estudantes, jovens pesquisadores e equipes de pesquisa, que apresentam potencial contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do bloco e de seus membros e associados. Com a parceria da Unesco, desde 2004, a premiação é destinada aos bolsistas de Iniciação Científica do ensino médio e técnico, estudantes universitários, jovem pesquisador, pesquisador sênior e equipes de projetos integrados<sup>19</sup>.

Por detrás dessa estratégia neoliberal, manifesta-se o fenômeno de empresariamento da educação (Martins, 2007; Neves, 2002; 2005; Rodrigues, 1998; 2007; Leher, 2014) e mercantilização da educação, inseridos no processo de liberalização e intensificação mundial do comércio, liderado pela OMC/GATS<sup>20</sup>, tendo como protagonistas discretos, mas centrais, importantes grupos de pressão empresariais que atuam mediatamente no poder político. São frações burguesas consideradas de relevante influência no curso das transformações da política educativa, em níveis regional (no âmbito do Mercosul), nacional e internacional. Dentre os grupos nacionais, embora com ramificações além-fronteira, destacam-se: CNI, Fundação Bradesco, Fundação Gerdau, Fundação Victor Civita, Instituto Ayrton Senna, Instituto Euvaldo Lodi, além de conglomerados educacionais, como as Redes Anhanguera e Króton, Estácio Participações S.A, Grupo UNINTER, a maioria com aporte de capital estrangeiro e participação no mercado financeiro (Silveira; Bianchetti, 2016).

De um lado, a fração burguesa da indústria atua de modo sistemático, buscando, permanentemente, ampliar os canais institucionais que permitam às demandas do setor empresarial chegar à universidade. Com a finalidade de elevar a produtividade do

---

<sup>19</sup> Além da RECyT e Unesco, Prêmio/2015 foi organizado pelo MCT, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Movimento Brasil Competitivo (MBC), com patrocínio da CNI.

<sup>20</sup> O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) foi estabelecido no ano de 1994, na conclusão dos debates do "Ciclo Uruguaio" do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que propiciou a criação da OMC. O GATS busca a liberalização do comércio de serviços, permitindo às empresas transnacionais apoderarem-se dos serviços públicos estatais. A educação superior é um dos 12 ramos do acordo que prevê diversos serviços educacionais: fornecimento de educação além-fronteiras, consumo da educação no exterior, presença comercial e presença de pessoas do país fornecedor no país atendido.

trabalho, aumentar o lucro e estimular a inovação, “encaram a educação e o conhecimento como mercadoria-educação” (Rodrigues, 2007), incentivando a formação de pessoal qualificado nas universidades públicas, não apenas para as atividades de produção, mas também para o desenvolvimento científico-tecnológico. Requisitam, portanto, a ampliação do número de mestres e doutores predominantemente para as áreas de ciências exatas, em especial das engenharias, bem como o direcionamento da produção acadêmica para a geração de patentes, de riquezas e de desenvolvimento regional e nacional, pré-requisito para inserir-se na economia globalizada.

De outro, a fração burguesa dos serviços educacionais, reforçada pelo desmantelamento da educação pública e gratuita promovida principalmente pelos governos neoliberais, de Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), passando por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), até os mandatos de Dilma Rousseff (2011-em curso) , encaram a "educação-mercadoria" (Rodrigues, 2007) como um negócio rentável, ofertando cursos voltados aos interesses imediatos do mercado.

### **Breves considerações finais**

Analisar as modificações que vêm ocorrendo no campo educacional brasileiro, particularmente na educação superior, bem como na institucionalização, formas de fomento e avaliação da CT&I, à luz dos propósitos e concretizações do Mercosul, em geral, e do SEM e RECyT, em particular, pode trazer contribuições em estudos baseados nas disputas de forças políticas e estratégias de organização administrativo-pedagógicas e de funcionamento e institucionalização da educação superior em níveis nacional e regional.

Com Marini (op.cit.), Fernandes (op.cit.) e Santos (op.cit.), entendo que existem modelos e políticas alternativas que poderiam assegurar uma perspectiva distinta para os países latino-americanos e os organizados em torno do Mercosul. Essa perspectiva contra hegemônica visa a produção autônoma de C&T e, portanto, a formação omnilateral dos sujeitos, requerendo planejamento independente para atender as necessidades econômicas, sociais, educacionais, culturais e políticas da região latino-americanas. Para tanto, urge promover a revolução dentro-ordem (adotando, de imediato, políticas antineoliberais) na direção da revolução contra-ordem.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Fátima. Governação global e diretrizes internacionais para a educação na União Européia: entrevista. *Revista Perspectiva*. Santa Catarina: Centro de Ciências da Educação/UFSC, v. 23, nº 2, 2005, p. 449-465.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CIPOLLA, Francisco Paulo. A inovação na teoria de Marx. In: PELAEZ, Victor; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *Economia da inovação tecnológica*. São Paulo: Hucitec: Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.
- DOS SANTOS, Theotônio. Revolução científico-técnica, divisão internacional do trabalho e sistema econômico mundial. Cadernos ANGE: Vitória, 1994.
- DREIFUSS, René. *Época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização; novos desafios*. 2. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1997.
- DREIFUSS, René. *Transformações: matrizes do século XXI*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.3. *Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.5. *Il Risorgimento – notas sobre a história da Itália*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos [1910- 1919]*. Lisboa, Pt.: Seara Nova, 1976.
- IANNI, Otávio. *Imperialismo na América Latina*. 2. ed. R: Civilização Brasileira, 1988.
- LEHER, Roberto. Organização, estratégia política e o plano nacional de educação. Exposição apresentada no curso de especialização do MST/Coletivo CANDEEIRO e o Centro de Estudo, Pesquisa e Ação em Educação Popular – CEPAP, Faculdade de Educação da USP, 27/11/2009. Versão revista e ampliada em outubro de 2014.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. Ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUXEMBURG, Rosa. *Reforma ou revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes: Buenos Aires, Ar.: CLASO, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Dos momentos en la integración latinoamericana*. Arquivo Rui Mauro Marini. México: UNAM, 1993.
- \_\_\_\_\_. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. In: Cuadernos Políticos. México: Ediciones Era, nº 12, abr./jun., 1977.
- \_\_\_\_\_. 3.ed. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2012, pp. 47-71.
- MARTINS, André da Silva. *Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2007.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I, v. I*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*
- MEDEIROS, João Leonardo. A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica de altruísmo da ciência econômica. Niterói: EdUFF, 2013.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL, período 2008-2012, de 30/06/2008. Montevideo, Uy.:MERCOSUL:CMC, 2008.

MERCOSUL. Setor Educacional do MERCOSUL. Ata nº 2 da Reunião de Ministros de Educação. Montevideo, Uy.:MERCOSUL:SEM/RME, 2000.

MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA. Acordo Quadro Interregional de Cooperação entre a Comunidade Européia e o Mercado Comum Sul, de 15/12/1995. Montevideo, Uy.: MERCOSUL:UE, 1995.

\_\_\_\_\_.Documento de Estratégia Regional 2007-2013. Montevideo, Uy.:MERCOSUL:UE, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. 2 reimp. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?*. São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRIGUES, José. Os empresários e a Educação Superior. Campinas: S.P.: Autores Associados, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_; PRONKO, Marcela Alejandra. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NOVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung et al (Org.). *Empresas transnacionais brasileira na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 188-204.

PEREIRA, João Márcio. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60). *Varia História*. Belo Horizonte, vol.28, nº 47, pp. 391-419, jan/jun, 2012.

SILVEIRA, Zuleide S. Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010). Tese (Doutorado em Educação). Niterói: UFF, 2011.

SILVEIRA, Zuleide S. Educação profissional, desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico-tecnológico. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire. Educação Profissional no Brasil: História, Desafios e Perspectivas para o Século XXI – Volume II. Campinas, S.P.: Átomo & Alínea, 2015a

SILVEIRA, Zuleide S. Mercosul Educacional e reforma da educação superior no Brasil. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada (RELEC)*. Buenos Aires, Ar: Sociedad Argentina de Estudios Comparados en Educación (SAEC), ano 6, n. 8, p. 107-122, 2015b. Disponível em <http://www.saece.org.ar/relec/numero8.php>

SILVEIRA, Zuleide S. Formação científica no nível médio: primeiras aproximações. *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 36-57, jan./abr. 2015c.

SILVEIRA, Zuleide S.; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 79-99, mar. 2016.

VELHO, Léa. Modos de produção de conhecimento e inovação estado da arte e implicações para a Política Científica, Tecnológica e de Inovação – Nota Técnica. In: CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Projeto nova geração de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília, DF, 2006.

UNIÃO EUROPEIA. **Declaração de Madrid: sexta Cimeira UE-ALC**, Espanha: Madrid, 2010.

